

ANEXO III
METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS 2019

As metas fiscais estabelecidas na LDO 2019 foram elaboradas com base na arrecadação observada em exercícios anteriores e a partir de cenário econômico projetado pela FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas.

De acordo com a FAPESPA, as perspectivas da economia paraense para o triênio 2019 a 2021 são positivas, sinalizando retomada do crescimento e estabilização da inflação. Nos anos de 2019, 2020 e 2021 estima-se que o PIB do Pará apresente crescimento real de 5,24%, 5,20% e 5,10% respectivamente. Já para a inflação, medida pelo IPCA, as projeções indicam variação anual de 4,20%, para 2019 e de 4,00% para os anos de 2020 e 2021.

Vale ressaltar que embora as previsões para a economia sejam positivas, os impactos desse desempenho na arrecadação de ICMS devem ser limitados, em função da elevada desoneração da produção do Estado, especialmente nos setores mineral e de energia, que representam parcela significativa da economia paraense e têm sido responsáveis pelo crescimento da indústria local nos últimos anos.

A perspectiva de crescimento econômico, aliado à estabilização da inflação, deverá refletir nos indicadores fiscais do Setor Público, possibilitando a consolidação do perfil das contas do Estado do Pará. As metas fiscais da LDO 2019 ratificam o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal, que contribui para o crescimento sustentado com inclusão social.

A tabela a seguir apresenta as projeções dos indicadores para o período 2019/2021.

Projeções dos Indicadores Econômicos e Financeiros, para os anos de 2019 a 2021

INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	2019	2020	2021
IPCA	(%)	4,20	4,00	4,00
INPC	(%)	4,25	4,00	4,00
IGP-DI	(%)	4,27	4,00	4,00
IGP-M	(%)	4,38	4,00	4,00
TR	(%)	0,95	0,70	0,75
Taxa Selic (média do período)	(%)	7,68	8,15	8,11
TJLP	(%)	4,80	4,40	4,40
Taxa de Câmbio (média do período)	(R\$/US\$)	3,34	3,40	3,45
SalárioMínimo	R\$	988,00	1.030,00	1,072,00
PIB Pará ⁽¹⁾	(%)	5,24	5,20	5,10
	R\$ (milhão)	166.994,20	180.137,00	195.398,16
PIB Brasil ⁽²⁾ % do crescimento	(%)	3,00	2,65	2,50

Fonte: TR, TJLP, Salário Mínimo e PIB Pará Fonte: FAPESPA.
IPCA, INPC, IGP-DI, IGP-M, Taxa Selic, Taxa de Câmbio e BIP Brasil Fonte:IBGE, Banco Central (Boletim Focus em 16/03/18) e FMI (PIB Brasil - Valor corrente estimado em outubro de 2017).
Elaboração: FAPESPA.
Nota: (1) PIB – Estimativas do PIB a partir de 2016 - Taxa de crescimento Mediana e Valor corrente. Valores estimados a partir de 2017.

Metodologia de Projeção das Receitas Tributárias

Na elaboração das metas fiscais adotou-se como ponto de partida a arrecadação projetada para 2018, estimada com base em série histórica de arrecadação de receitas de exercícios anteriores, conforme metodologia descrita a seguir. Para os anos seguintes (2019 a 2021), foram consideradas as taxas de crescimento previstas para o PIB estadual, PIB Brasil e inflação (IPCA) divulgados pela FAPESPA, em março de 2018.

A arrecadação de ICMS, que representa a maior parcela das receitas tributárias do Estado, foi estimada com a utilização de modelos econométricos e de rotinas computacionais, baseadas em dois métodos comumente utilizados na previsão de receitas tributárias:

- I - o método de Box e Jenkins, conhecido como modelos classe ARIMA e SARIMA; e
 - II - o método multivariado linear VAR, composto pelo IPCA, SELIC, IBCR-PA, IBC-Br.
- Esses métodos são oriundos da análise de séries temporais e têm propriedades direcionadas à previsão de valores futuros para um período curto de tempo, sendo que as informações necessárias à obtenção dos resultados são extraídas do comportamento da própria série de interesse.
- No cálculo das estimativas de ICMS foram observados os seguintes procedimentos:
- 1. O primeiro passo consiste em estruturar a base de dados com valores da arrecadação de exercícios anteriores (2004 a 2017). Optou-se por utilizar a base de dados original, com valores efetivamente observados, sem expurgos;
 - 2. Posteriormente são incluídas as séries dos indicadores econômicos, que auxiliarão nas projeções efetuadas através do método multivariado linear – VAR (IPCA, SELIC, IBCR-PA e IBC-Br);
 - 3. Em seguida, é utilizado o software “R” para efetuar os cálculos de regressão lenear SARIMA e VAR e projetar os valores de arrecadação para o ano imediatamente seguinte à série (2018);
 - 4. Define-se, então, o modelo considerado mais apropriado entre os analisados, que terá a função de descrever a trajetória de curto prazo;
 - 5. Sobre o valor da arrecadação estimado para 2018, aplicou-se fator relativo às projeções de crescimento do PIB (média Pará e Brasil) e do IPCA, à título de esforço fiscal; e

6. A estimativa de arrecadação de ICMS dos anos seguintes (2019 a 2021), foi elaborada a partir dos valores estimados para 2018, acrescidos das variações do PIB (média Pará e Brasil) e da inflação (IPCA) projetadas para os respectivos anos.

Para a estimativa de arrecadação da Taxa Mineral (TFRM), foram considerados os recolhimentos efetuados em 2017 e as projeções de aumento da produção mineral do Estado, em função da expansão da exportação de minério de ferro na Serra dos Carajás.

As estimativas de IPVA, ITCD e demais Taxas, foram elaboradas a partir da arrecadação observada em 2017, acrescidas das projeções do PIB (média Pará e Brasil) e da inflação (IPCA), divulgadas pela FAPESPA. No caso das transferências Constitucionais da União, a exemplo do FPE, utilizou-se a estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional.

No âmbito da despesa, cujos principais itens têm características bem diferenciadas, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- 1. Pessoal: Projeção com base na folha reestimada de pessoal para 2018, que incorpora ano a ano o crescimento vegetativo da folha, a correção pela variação na taxa de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetada pela FAPESPA e os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário-mínimo previsto pela FAPESPA, de acordo com a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015.
 - 2. Despesas Correntes: Projeção calculada com base na reestimativa de 2018 corrigida pelo IPCA de 4,2% para 2019 e 4,0% para os anos de 2020 e 2021, excluindo as Transferências Constitucionais aos Municípios – TCM, as quais foram projetadas em percentuais definidos em lei sobre a estimativa dos impostos (ICMS, IPVA, IPI) bem como o PIS/PASEP que foi calculado de acordo com a legislação vigente. Ainda na projeção foram observados outros limites legais das despesas vinculadas como: Limites dos Outros Poderes e recursos vinculados à manutenção do ensino e às ações dos serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº. 29, de 20 de setembro de 2000.
 - 3. Dívida Pública: projeção com base no cronograma previsto de pagamento, considerando os indexadores dos contratos, para os respectivos anos e as operações de créditos previstas; e
 - 4. Investimentos e Inversões Financeiras:resultado da diferença entre a receita projetada e as despesas de Pessoal, Despesas Correntes e a Dívida Pública, dos respectivos anos, assim como a previsão de novas operações de crédito, priorizando as obras em andamento e a conservação do patrimônio público.
- Estima-se que, em 2019, a receita total será da ordem de R\$24,567 bilhões. Excluindo-se as receitas de origem financeira, a receita primária resultante será de R\$ 24,411 bilhões. Ao serem deduzidas da despesa total, as despesas financeiras (juros e encargos e amortização da dívida) as despesas primárias estimadas resultam no valor de R\$ 24,400 bilhões. Com efeito, chega-se ao resultado primário de R\$10,525 milhões. Para os demais exercícios, 2020 e 2021, o desempenho fiscal do Estado deve registrar superávit primário de R\$ 10,711 milhões e R\$ 14,135 milhões, respectivamente. Vale ressaltar que, a partir do exercício de 2019, não foram consideradas Receitas e Despesas Intraorçamentárias, para efeito de apuração do Resultado Primário, de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, constante no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8º Edição.
- Quanto ao resultado nominal, indicador que mensura o comportamento do endividamento público, espera-se para 2019, um resultado de R\$ 529,257 milhões, obtido a partir da diferença entre a dívida fiscal líquida projetada para o exercício de 2019, da ordem de R\$ 1,42 bilhões, e a de 2018 estimada no montante de R\$ 1,95 bilhões.
- O nível de endividamento, do Estado do Pará, avaliado pela relação entre o Estoque da Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida (RCL) demonstra, conforme quadro abaixo, uma variação no período 2017-2021, resultado do crescimento projetado da RCL e do controle da Dívida Pública, evidenciado no gráfico a seguir.
- Em 2017, a relação resultou em um nível de endividamento de 6,40% da RCL. Para o período de 2018 a 2021 esta relação mantém-se abaixo do limite legal de 200% fixado por Resolução do Senado Federal.

DEMONSTRATIVO DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

DISCRIMINAÇÃO Realizada Estimada	Em R\$ Bilhões				
	2017	2018	2019	2020	2021
	Projeção				
Estoque da Dívida Consolidada Líquida	1.153	2.113	1.591	1.980	1.713
Receita Corrente Líquida - RCL	18.017	18.784	19.851	20.965	22.141
Nível de Endividamento	6,40%	11,25%	8,01%	9,44%	7.74%

Fonte: SEFA/SEPLAN

